



Faculdade de Direito – USP
Departamento de Filosofia e Teoria do Direito
Projeto de Disciplina: DFD0313 - Filosofia do Direito I (Parte Geral) (2020)
Prof. Dr. Ronaldo Porto Macedo Jr.
3º ano diurno – 1º semestre de 2020

OS TEXTOS SERÃO DISPONIBILIZADOS VIA MOODLE

INFORMAÇÕES GERAIS:

Horários:

Turmas 11 e 13

Aula expositiva: terça-feira, das 09h15 - 11h.

Seminários: terça-feira, das 11h - 12h50.

Locais:

Turmas 11 e 13

Aula expositiva: sala Arouche Rendon - 2º Andar

Seminários: sala Arouche Rendon; sala João Monteiro; sala Frederico Steidel; sala Luiz Gama; sala 01.

Monitores de Pós-Graduação/Sala:

Turma 11:

Carlos Eduardo Ramos: carlosevramos@gmail.com – Sala Arouche Rendon

Pedro Gonçalo: pedrogoncalovas@gmail.com – Sala Frederico Steidel

Turma 13:

Dante Borges: danteborgesbonfim@yahoo.com.br – Sala João Monteiro

Henrique Noya: henriquecnoya@gmail.com – Sala 01

Jason Magave: jasonmagave@gmail.com – Sala Luiz Gama

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FEVEREIRO

18/02 – Aula 1: apresentação e metodologia do curso: O método de leitura estrutural

Leitura Complementar:

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. "O método de leitura estrutural" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 1, pp. 13-41.

25/02 - FERIADO - Carnaval - Não haverá aula

MARÇO

03/03 – Aula 2: Introdução à Filosofia Política – O nascimento da filosofia

Leitura Complementar:

MUÑOZ, Alberto Alonso, "Características da Cosmologia antiga. A sofística" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 3, pp. 75-90.

MUÑOZ, Alberto Alonso, "O Paradigma Platônico" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 4, pp. 91-116.

03/03 – Seminário 1: O paradigma Antigo: Aristóteles

Leitura Obrigatória:

ARISTÓTELES. "Livro I", in Política, ed. Bilíngüe de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Lisboa, Veja, 1998, pp. 49-71

10/03 – Aula 3: Aristóteles – Pensamento político e concepção de justiça

Leitura Complementar:

MUÑOZ, Alberto Alonso, "O Paradigma Aristotélico" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 5, pp. 117-146.

MUÑOZ, Alberto Alonso, "A Filosofia Política de Aristóteles" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 6, pp. 147-163.

Bibliografia de Referência:

BARNES, Jonathan, Aristóteles, São Paulo, Loyola, 2001.

BERTI, Enrico, As razões de Aristóteles, 2ªed., São Paulo, Loyola, 1998.

KYMLICKA, Will, Contemporary Political Philosophy - an introduction, 2ª ed., London, Oxford University, 2002. Especialmente capítulo 6: "Comunitarianism", pp.208-283. (HÁ TRADUÇÃO: KYMLICKA, Will, Filosofia política contemporânea, São Paulo, Martins Fontes, 2006.)

MACINTYRE, Alasdair, Depois da Virtude, São Paulo, EDUSC, 2001. Especialmente capítulo 17: "A justiça como uma virtude: concepções em mudança", pp.409-427.

GADAMER, Hans-Georg, Item 2.2.2. "A atualidade hermenêutica de Aristóteles", in Verdade e Método, Vozes, vol. I, Petrópolis, 2002, 4 ed., pp. 465-482.

BERTI, Enrico, Aristóteles no século XX, São Paulo, Loyola, 1997.

GARGARELLA, Roberto, "El embate comunitarista", in As teorias da la justicia después de Rawls. Um breve manual de filosofia política, Buenos Aires, Paidós, 1979, pp.125-160. (HÁ TRADUÇÃO: As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

10/03 – Seminário 2: A justiça Aristotélica

Leitura Obrigatória:

ARISTÓTELES, Ética a Nicômacos, "Livro V", Lisboa, Quetzal Editores, 2004, tradução de Antonio C. Caeiro, pp. 107-133 (há uma edição brasileira: UnB, 1985).

Leitura Complementar:

BERTI, Enrico, As razões de Aristóteles, 2ªed., São Paulo, Loyola, 1998.

LEBRUN, Gérard, O que é poder, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.

PEREIRA, Oswaldo Porchat, Ciência e Dialética em Aristóteles, São Paulo, UNESP, 2000

17/03 – Aula 4: A passagem da Filosofia Antiga para a Filosofia Moderna – A Idade Média e a Filosofia Medieval

Leitura Complementar:

BOLZANI FILHO, Roberto, "Estoicismo e Ceticismo" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 7, pp. 165-184

ESTÊVÃO, José Carlos, "Da Antiguidade Tardia à Idade Média" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 8, pp. 185-222.

NASCIMENTO, Carlos Arthur, O que é filosofia medieval?, v.261 da série Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1992

17/03 – Seminário 3: Thomas Hobbes e o nascimento da Filosofia Moderna

Leitura Obrigatória:

Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil / Thomas Hobbes de Mallesbury; trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva - São Paulo: Nova Cultura, 2004 (Coleção "Os pensadores"). 1- "Introdução" (pp. 27 e 28); 2 - "Da sensação" (Capítulo I, pp. 31 e 32); 3 - "Da razão e da ciência" (Capítulo V, pp. 51-56); 3 - "Da origem interna dos movimentos voluntários vulgarmente chamados paixões, e da linguagem que os exprime"(Capítulo VI, pp. 57-65); 4- "Dos diferentes objetos do conhecimento" (Capítulo IX, pp. 81-82); 5 - "Do poder, valor, dignidade, honra e merecimento" (Capítulo X, pp. 83-89); 5 - "Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria" (Capítulo XIII, pp. 107-111); 6 - "Da primeira e segunda leis naturais, e dos contratos" (Capítulo XIV, pp. 113-121)

24/03 – Aula 5: O nascimento da Filosofia Moderna – a ciência moderna e Hobbes

Leitura Complementar:

BARROS, Alberto Ribeiro G. de Barros, "O Pensamento Político no Final da Idade Média e no Renascimento" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 9, pp. 223-260.

FRATESCHI, Yara, "Revolução Científica, Mecanicismo e Método do Conhecimento" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 10, pp. 261-290.

Bibliografia de Referência:

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, História da Filosofia, Patrística e Escolástica, Editora Paulus, 2003, volume 2., págs. 3-23.

LIBERA, Alain de, A Filosofia Medieval, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990. (total de 103 pp.)
CHAUÍ, Marilena, Convite à Filosofia, 13ªed., São Paulo, Ática, 2003. (total de 424 pp.)
KOYRÉ, Alexandre, Do mundo fechado ao universo infinito, trad. do francês de Donaldson M. Garschagen, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001. (total de 288 pp.)
STORCK, Alfredo, Filosofia Medieval, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. (total de 59 pp.)
MANENT, Pierre, "Europa e o problema teológico-político" e "Maquiavel e a fecundidade do mal", in História Intelectual do Liberalismo, Rio de Janeiro, Imago, 1990, pp.13-37.
SILVA, Franklin Leopoldo e, Descartes - A metafísica da modernidade, São Paulo, Moderna, 2001 (total de 151 pp.).
Sugestão de Leitura para Artes e Direito:
BRECHT, de Bertold, Galileu Galilei, in Berthold Brecht - Teatro Completo, Paz e Terra, 1995.
Filmografia:
Giordano Bruno, direção Giuliano Montaldo, Itália, França, 1973

24/03 - Seminário 4: Thomas Hobbes e o Direito

Leitura Obrigatória:

Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil / Thomas Hobbes de Mallesbury; trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva- São Paulo: Nova Cultural, 2004 (Coleção "Os pensadores"). 1 - "De outras leis da natureza" (Capítulo XV, pp. 123-131); 2 - "Das causas, geração e definição de um Estado" (Capítulo XVII, pp. 141-144); 3- "Dos direitos dos soberanos por instituição" (Capítulo XVIII, pp. 145-151); 4 - "Das diversas espécies de governo por instituição, e da sucessão do poder soberano" (Capítulo XIX, pp. 153-161); 5 - "Da liberdade dos súditos" (Capítulo XXI, pp. 171-179). Texto disponível na biblioteca e de fácil aquisição.

Leitura Complementar:

TUCK, R., Hobbes, São Paulo, Loyola, 2001. Especialmente capítulos I, "Vida", pp.13-56 e II, "A obra de Hobbes", pp.57-114.

LEBRUN, Gérard, O que é poder, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1981

SCHMITT, Carl, O Conceito do Político, "Coleção clássicos do pensamento político"; Petrópolis, Vozes, 1992; seguintes trechos selecionados: "Estatal e Político" (Capítulo I, pp. 43-50); "A distinção amigo-inimigo, critério do político", (Capítulo II, pp. 51-53);

"A Guerra como o fenômeno da hostilidade" (Capítulo III, pp. 54-62). A seguinte edição está disponível na biblioteca: O conceito do político : teoria do partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SCHMITT, Carl, "Definição de Soberania", in Teologia Política. Quatro ensaios sobre a Soberania. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

31/03 – Aula 6: Pensamento político de Thomas Hobbes e Locke: os fundamentos do liberalismo e a teoria da propriedade.

Leitura Complementar:

- HOBBS:

FRATESCHI, Yara, "Estado e Direito em Thomas Hobbes" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 11, pp. 291-322.

Bibliografia de Referência:

BOBBIO, Norberto, Locke e o Direito Natural, tradução de Sérgio Bath, Brasília, Universidade de Brasília, 1997.

HOBBS, Thomas, "Da condição humana fora da sociedade civil", in Do Cidadão, tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp.27-41.

HOBBS, Thomas, "Da lei da natureza acerca dos contratos", in Do Cidadão, tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp.43-60.

HOBBS, Thomas, "Das outras leis de natureza", in Do Cidadão, tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro, São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp.61-84.

LIMONGI, M. I. M. P., Hobbes, "Coleção Filosofia Passo-a-Passo", Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

MacPHERSON, C. B., A Teoria Política do Individualismo Possessivo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

STRAUSS, Leo, The Political Philosophy of Hobbes: Its Basis and Its Genesis, trad. do alemão de Elsa M. Sinclair, Chicago, University of Chicago, 1952. (apenas capítulo I).

- LOCKE:

FRATESCHI, Yara, "John Locke: Estado e Resistência" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 12, pp. 323-349.

ASHCRAFT, Richard, "Locke's Political Philosophy", in CHAPPELL, Vere (ed.), The Cambridge Companion to Locke, Cambridge, Cambridge University, 1994, pp. 226-251.

BOBBIO, Norberto, Locke e o Direito Natural, 2ª ed., Brasília, Universidade de Brasília, 1998

DUNN, John, Locke, São Paulo, Loyola, 2003. Especialmente capítulos I ("Vida", pp.15-38) e II ("A política da confiança", pp. 39-80).

KUNTZ, Rolf Nelson, "Locke, liberdade, igualdade e propriedade", in Estudos Avançados, "Coleção Documentos/ Série Teoria Política" n.34, mar. 1997.

LASLETT, Peter, Introdução a Dois Tratados sobre o Governo, São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp.1-193.

LOCKE, John, "Segundo Tratado sobre o Governo", in Dois Tratados sobre o Governo, trad. de Julio Fischer, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

YOLTON, John W, Dicionário Locke, trad. de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

31/03 – Seminário 5: Locke e os fundamentos do liberalismo

Leitura Obrigatória:

LOCKE, John, "Segundo Tratado sobre Governo Civil", in Dois Tratados sobre o Governo, São Paulo, Editora Abril, Os Pensadores, 1978, tradução de E. Jacy Monteiro. Livro II, 1- Capítulo I, (pp. 33-35); 2- "Do estado de natureza"(Capítulo II, pp. 35-40); 3- "Do estado da guerra" (Capítulo III, pp. 40-43); 4- "Da escravidão", (Capítulo IV, pp. 43-45); 5- "Da propriedade" (Capítulo V, pp. 45-55).

ABRIL

06/04 a 11/04 - RECESSO - Semana Santa - Não haverá aula

14/04 – Aula 7: Hobbes x Locke x Rousseau

Mesma bibliografia da aula anterior.

14/04 – Seminário 6: Rousseau: a origem e os fundamentos da desigualdade, e a democracia

Leitura Obrigatória:

ROUSSEAU, J. J. Do Contrato Social / Jean-Jacques Rousseau; trad. de Lourdes Santos Machado - 1ª. Ed - São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção "Os pensadores"). Livro I (pp. 27-45); Livro II (pp. 46-62); Livro III (pp. 79-85)

20/04 e 21/04 - RECESSO - Tiradentes - Não haverá aula

28/04 – Aula 8: Rousseau: a origem e os fundamentos da desigualdade, e a democracia

Leitura Complementar:

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural. 1978. (Coleção "Os Pensadores").

SILVA, Felipe Gonçalves, "Rousseau e a Soberania da Vontade Popular" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 13, pp. 351-384.

Bibliografia de Referência:

CASSIRER, Ernst, A questão Jean-Jacques Rousseau, Editora UNESP, 1ª Edição - 1999.

PISSARRA, Maria Constança Peres, Rousseau - A política como exercício pedagógico, MODERNA EDITORA, 1ª Edição - 2002 - 128 pág.

FORTES, Luis Roberto Salinas, Rousseau: Da teoria à prática, Editora ATICA, 1995 - 136 pág.

FORTES, Luis Roberto Salinas, Rousseau - O Bom Selvagem, "Coleção Prazer em Conhecer", São Paulo, FTD, 1996.

28/04 – Seminário 7: A crítica da Razão

Leitura Obrigatória:

KANT, Immanuel, Prolegómenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência trad. Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2003. Introdução (pp. 11-22); Prolegómenos: Recolecção prévia das características de todo o conhecimento metafísico (pp. 23-30); É a metafísica possível? (pp. 31-37); Como é possível um conhecimento pela razão pura? (pp. 39-45); Como é possível a metafísica como ciência? (pp.163-171).

Leitura Complementar:

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto, "Kant e Crítica da Razão: Moral e Direito" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 15, pp. 427-452.

Bibliografia de Referência:

BOBBIO, Norberto, Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant, Brasília, Universidade de Brasília, 1984. (total de 166 pp.)

KANT, Immanuel, "Sobre o suposto direito de mentir por amor à humanidade", in A paz perpétua e outros opúsculos, trad. de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1995, pp.173-179.

KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Lisboa, Edições 70, 1988. (total 117 pp.)

KANT, Immanuel, Crítica da Razão Prática, trad. de Arthur Morão, Lisboa, Edições 70, 1984.

KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, "Os Pensadores", trad. de Paulo Quintela, São Paulo, Abril Cultural, 1980. Páginas 103-107 (prefácio); pp. 109-118 (primeira seção); pp. 119-130

MAIO

05/05 – Aula 9: Kant e os Fundamentos da Filosofia Crítica

Leitura Complementar:

KANT, Immanuel, Prolegómenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência trad. Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2003. Introdução (pp. 11-22); Prolegómenos: Recolecção prévia das características de todo o conhecimento metafísico (pp. 23-30); É a metafísica possível? (pp. 31-37); Como é possível um conhecimento pela razão pura? (pp. 39-45); Como é possível a metafísica como ciência? (pp.163-171).

KANT, Immanuel, Lógica, trad. de Guido Antônio de Almeida, 2ªed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro,1999. Páginas: 29-30; 34-35(até A12); 103-104; 109-111 (até final de #3)

KANT, Immanuel, Crítica da Razão Pura, 2ªed., trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, (total de 680 pp.).

KANT, Immanuel, Prolegómenos a qualquer metafísica futura que possa vir a ser considerada como ciência, trad. de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1990. (tradução mais confiável do que a dos Pensadores).

CASSIRER, Ernst, Kant: vida y doctrina, Fondo de Cultura Económica, 1985. (total de 497 pp.)

KOERNER, Stephen, Kant, Toronto, Penguin Books,1955. (total de 230 pp.)

HULSHOF, Monique, "O Critério da Verdade e a Ação Moral no Racionalismo e Empirismo" in Curso de Filosofia Política, São Paulo, Atlas, 2008, Cap. 14, pp. 385-426

05/05 – Seminário 8: A Filosofia Prática de Kant

Leitura Obrigatória:

KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, "Os Pensadores", trad. de Paulo Quintela, São Paulo, Abril Cultural, 1980. Páginas 103-107 (prefácio); pp. 109-118 (primeira seção); pp. 119- 124 - 1ºparágrafo. (segunda seção).

12/05 – Aula 10: Kant, o Direito e a Política

Leitura Complementar:

TERRA, Ricardo, Kant e o Direito, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.(total de 64 pp.)

Bibliografia de Referência:

KANT, Immanuel, A paz perpétua e outros opúsculos, trad. de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1995. (total de171 pp.)

KANT, Immanuel, Á paz perpétua, trad. de Marco Zingano, Porto Alegre, L&PM, 1989

12/05 – Seminário 9: Kant e a Razão Prática

Leitura Obrigatória:

KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, "Os Pensadores", trad. de Paulo Quintela, São Paulo, Abril Cultural, 1980. Páginas. 124-148 (segunda seção).

19/05 – Aula 11: Kant e a unidade da razão

19/05 - Seminário 10: Seminário Bentham, Mill e os fundamentos do Utilitarismo

Leitura Obrigatória:

Bentham, Jeremy, Uma introdução aos princípios da moral e da legislação - sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos, "Os Pensadores", 2ª ed., trad. de Luiz João Baraúna, São Paulo, Abril Cultural, 1979 Capítulo I – O princípio da utilidade p. 3-7; Capítulo II – Os princípios contrários à utilidade p . 8-12; Capítulo III – As quatro sanções ou fontes da dor e do prazer p. 13-15; Capítulo IV – Método para medir uma soma de prazer ou de

dor p. 16-18; Capítulo V – As ações humanas em geral p. 19-22; Capítulo XIII – Casos em que não cabe punir p. 59-60; Capítulo XIV – A proporcionalidade entre as punições e os crimes p. 61-62

26/05 – Aula 12: A Filosofia Contemporânea: John Rawls

Leitura Complementar:

GARGARELLA, Roberto, Las teorías de la justicia después de Rawls. Um breve manual de filosofia política, Paidós, 1999 (total de 223pp.). Especialmente o capítulo I: "La teoría de la justicia de John Rawls", pp. 21-44. TRADUÇÃO: As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

KYMLICKA, Will, Contemporary Political Philosophy - an introduction, 2ª ed., London, Oxford University, 2002. Páginas 53-101. TRADUÇÃO: Filosofia política contemporânea, São Paulo, Martins Fontes, 2006.

26/05 - Seminário 11: A Filosofia Contemporânea: John Rawls

Leitura Obrigatória:

RAWLS, John, "Justiça como equidade", in Uma Teoria da Justiça, 2ªed., trad. de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves, São Paulo, Martins Fontes, 2002, pp.3-56. (1ª. Parte)

02/06 – Aula 13: A Filosofia Contemporânea: John Rawls

Mesma bibliografia anterior.

Seminário 12: A Filosofia Contemporânea: John Rawls II

Leitura Obrigatória:

RAWLS, John, "Justiça como equidade", in Uma Teoria da Justiça, 2ªed., trad. de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves, São Paulo, Martins Fontes, 2002, pp.3-56. (2ª. Parte)

09/06 – AULA DE ENCERRAMENTO DO CURSO

JUNHO

15/06 – Início do Período de Provas do 3º ano (15/06 a 26/06)

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

A disciplina pretende desenvolver a capacidade dos alunos de realizar uma leitura rigorosa de textos complexos e ao mesmo tempo estimular a reflexão e a formação de um raciocínio crítico a partir do material lido. Ademais, visa um aprofundamento teórico em temas de Filosofia do Direito para além do positivismo jurídico geralmente abordado em cursos de graduação.

Haverá seminários semanais, a serem realizados em grupos ou duplas, os quais consistirão na elaboração de uma apresentação oral e *hand out* escrito do texto lido. Assim, a disciplina pretende estimular os alunos a se organizarem para a realização de trabalhos em grupo e a desenvolverem a habilidade de exposição oral com a utilização de recursos visuais como *power point* e outros.

O curso visa também, em termos mais gerais, incrementar a capacidade de participação dos alunos para discussão plenária (com os colegas e com o professor) a partir do estímulo ao debate sério e com base nos textos.

AVALIAÇÃO:

A avaliação na disciplina de LMJ é continuada. Ela é composta por:

- 1) 60%: Prova Semestral Final, em data a ser definida pela faculdade;
- 2) 20%: Participação nos seminários;
- 3) 20%: Apresentação de seminário e elaboração de hand-out (uma vez durante o semestre;)

OBSERVAÇÕES:

- 1) Para orientações sobre a forma de apresentação dos seminários de técnica de leitura estrutural de texto, recomenda-se a leitura do seguinte texto: "**O método de leitura estrutural (Textos em debate)**", de Ronaldo Porto Macedo Jr, capítulo I de Macedo Jr, Ronaldo Porto (org) *Filosofia Política*, Atlas, 2008, também disponível in Cadernos Direito GV Número 16 - mar/2007 , disponível para download in <http://www.direitogv.com.br/interna.aspx?PagId=HTKCNKW1&IDCategory=4&IDSubCategory=84>
- 2) TODOS os documentos (fichamentos, handouts) **devem ser em formato .doc** e não .docx

REVISÃO DE PROVA:

Aqueles que eventualmente solicitarem revisão de prova deverão, obrigatoriamente, fundamentar os seus pedidos, justificando *substantivamente* os motivos pelos quais entendem que a avaliação feita não está correta. O aluno poderá se valer de todo o material do curso (textos lidos) para demonstrar o acerto de suas respostas, e, assim, apresentar os motivos pelos quais entende que a sua nota merece retificação. Não serão retificadas as notas de provas desacompanhadas de pedidos sem justificativa ou mal fundamentados substantivamente (i.e., com respeito ao *conteúdo das respostas*). O limite para as justificativas é de até 5 páginas digitadas.

REGRAS E PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS:

Quaisquer dúvidas quanto a prazos de entrega, questões de fichamento, datas e grupos de seminário e qualquer outro tipo que não envolva o conteúdo programático do curso devem ser tratados exclusivamente com os monitores.

Quaisquer dúvidas quanto a prazos de entrega, questões de fichamento, datas e grupos de seminário e qualquer outro tipo que não envolva o conteúdo programático do curso devem ser tratadas exclusivamente com os monitores.

1) Handout

O hand-out deverá ser xerocado e entregue em sala para o monitor de pós-graduação e para os colegas no dia do seminário.

O arquivo do hand-out deverá ser enviado para o e-mail do monitor de pós-graduação até as 8h do dia anterior à apresentação do seminário.

O arquivo enviado deverá denominar-se "handout_seminárioXX" (ex.: `handout_seminário02`). Este deverá ser também o assunto do e-mail. Não deverá constar nenhum ponto no nome do arquivo (ex. `josédasilva.fichamento03`).

Os nomes dos alunos devem constar no texto enviado, no qual também se deverá indicar o número do seminário e a indicação bibliográfica do texto a partir do qual se elaborou o hand-out.

2) Apresentação

- A apresentação deve ter em torno de 12 a 14 minutos.
- "Costure" bem a ficha mental: introdução / desenvolvimento / conclusão.
- Utilize ganchos no início e no final da apresentação (evite: "*é basicamente isso que eu tinha para falar*").
- Utilize uma "ficha-cola" ou roteiro, com a seqüência dos itens principais. O texto deve ser exposto em seu "todo", ou seja, sua estrutura deve ficar absolutamente clara.
- Não devem ser feitas "leituras" nas apresentações; especialmente, a apresentação não deve ser uma leitura do hand-out.
- O uso de Powerpoint é recomendado, mas não obrigatório. Faça *slides* concisos, legíveis e, principalmente, *visuais*: evite a sobrecarga de informações. Normalmente uma apresentação de 12 minutos não deve (em tese) envolver um número de slides superior a
 - Durante a apresentação com Powerpoint, lembre que este não é sinônimo de Teleprompter.
 - Use apontador e não fique voltado para a tela: olhe para os ouvintes.
 - Faça um ensaio cronometrado (*durante a apresentação, "esconda" o relógio*).
 - Antes de começar, verifique bem o território e elimine os eventuais "ruídos".
 - Cuide da fala (voz, entoação e pronúncia) e da expressão corporal (expressão facial, gestos e postura).
 - Não se atrapalhe com os *ruídos*. Mantenha a calma e procure interagir com os ouvintes.
 - "Fuja" do improviso.
 - Não se esqueça de que se trata de uma apresentação para um público que já leu o texto.
 - Deixe críticas e observações externas ao texto para o momento do debate, e não para a apresentação. Afinal, o seminário começa DEPOIS da apresentação.

- Obs. Para as apresentações de seminário, todos os integrantes do grupo devem estar preparados para fazerem a apresentação completa, ou seja, se algum(ns) do(s) integrante(s) não estiver(em) presente(s), o(s) outro(s) deve(m) substituí-lo(s) incondicionalmente.